

Para cinco lugares da categoria de operário, da carreira de cantoneiro, do grupo de pessoal operário semiqualeficado, foram nomeados os únicos candidatos classificados do 1.º ao 5.º lugares, Maria Dolores de Freitas Pereira, Maria da Conceição Góis Nunes Araújo, José Lourenço de Freitas Catanho, Teresa de Gouveia Alves Rodrigues e Nélro Rodrigues Correia.

Os nomeados deverão tomar posse dos respectivos lugares no prazo de 20 dias contados da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

20 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Alberto de Freitas Gonçalves*.

2611051170

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Aviso n.º 18 983/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 17 de Dezembro de 2003 e de harmonia com o disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi concedida licença sem vencimento por um ano ao funcionário desta autarquia Carlos Filipe Semblante Borrego, assistente administrativo, com início em 22 de Dezembro de 2003.

18 de Dezembro de 2003. — O Presidente da Câmara, *Rui Pedro de Sousa Barreiro*.

3000125927

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso n.º 18 984/2007

Álvaro dos Santos Beijinha, vereador do urbanismo da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no uso da competência delegada pelo presidente pelo despacho n.º 021/GAP/2005, de 8 de Novembro de 2005, faz público que esta Câmara Municipal, reunida em 6 de Setembro de 2007 e nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, deliberou submeter a discussão pública, por um prazo de 15 dias a contar do 8.º dia após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a operação de loteamento requerida por Coalbeira Construção Civil, L.da, e Vânia Sofia da Costa Guerreiro, para os lotes 10 e 41 do loteamento da Cativa, prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Santiago do Cacém sob os n.ºs 01257/150792 e 1588/19941207 e inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 4176 e 4363 da respectiva freguesia.

Durante o prazo acima referido o processo estará disponível para consulta na DGU (Divisão de Gestão Urbanística) nos Paços do Município e na Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, podendo ser formuladas sugestões ou reclamações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do processo de licenciamento em causa.

As sugestões ou reclamações deverão ser dirigidas, por escrito, ao presidente em exercício da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

19 de Setembro de 2007. — O Vereador do Urbanismo, *Álvaro Beijinha*.

2611051248

CÂMARA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Rectificação n.º 1727/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 17 702/2007 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 179, de 17 de Setembro de 2007, rectifica-se que onde se lê:

«Decreto-Lei n.º 168/97, de 4 de Julho, e consequentes alterações — regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e bebidas;

Decreto Regulamentar n.º 38/97, de 25 de Setembro, e consequentes alterações — regula os estabelecimentos de restauração e bebidas;»

deve ler-se:

«Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho;»

19 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Alexandre Manuel Mendonça Vaz*.

2611050973

CÂMARA MUNICIPAL DE SERPA

Aviso (extracto) n.º 18 985/2007

Exoneração

Para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, publicita-se que Pedro Miguel dos Santos Silva Cuiça, auxiliar de serviços gerais, foi exonerado do lugar que ocupa, a seu pedido, com efeitos a partir de 5 de Setembro de 2007.

21 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

2611051214

Aviso (extracto) n.º 18 986/2007

Renovação de contrato a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 5 de Setembro de 2007 e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e por remissão do artigo 2.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado, pelo período de um ano, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo com Armando de Guadalupe Elias Torrá, na categoria de técnico profissional de 2.ª classe, com efeitos a partir de 9 de Outubro de 2007. [Processo isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea g) do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

21 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

2611051232

Aviso (extracto) n.º 18 987/2007

Cessação da comissão de serviço

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 11 de Setembro de 2007, foi deferido o pedido de cessação da comissão de serviço, ao abrigo do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, ao funcionário Ludjero João Chagas Escoval, no cargo de director de projecto municipal, correspondente ao cargo de direcção intermédia de 2.º grau, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

21 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rocha Silva*.

2611051229

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Aviso n.º 18 988/2007

Mobilidade de pessoal — Nomeação por transferência

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro (aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro), torna-se público que, precedendo autorização da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, por meu despacho de 3 de Setembro de 2007, Welbim Aparecido Durães Bartolomeu foi nomeado, por transferência, para o lugar vago da categoria de coveiro do quadro de pessoal deste município, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e 3.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Setembro de 2007. — O Vereador, com competência delegada para a Gestão dos Recursos Humanos, Protecção Civil, Bombeiros e Habitação, *Eusébio Candeias*.

2611051195

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso n.º 18 989/2007

Em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por meu despacho de 30 de Agosto de 2007, foram nomeadas técnicas profissionais de acção social e educativa de 2.ª classe Filipa Maria de Sousa Afonso e Elisabete Sofia Gaspar Ferreira dos Santos Simões, 2.ª e 3.ª candidatas classificadas no concurso externo de ingresso aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 1 de Setembro de 2006.

As candidatas nomeadas deverão aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso. (Processo isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Setembro de 2007. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra da Fonseca*.
2611051187

CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Aviso n.º 18 990/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de sociologia — Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 19 de Setembro de 2007, proferido ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, foi nomeada na sequência do concurso em epígrafe, aberto pelo aviso n.º 36/2007, de 23 de Fevereiro, desta Câmara Municipal, Dora Sofia Ribeiro Martins, categoria de técnico superior 2.ª classe (sociologia), do grupo de pessoal técnico superior, do quadro de pessoal deste município, após ter sido dispensada de estágio, por estarem reunidos os requisitos previamente definidos.

A candidata deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 46.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 114.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

20 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Lopes Bogalho*.

2611051236

CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA

Aviso n.º 18 991/2007

Mário Caetano Teixeira Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Tarouca, faz público que, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, por seu despacho de 1 de Agosto de 2006, nomeou definitivamente as seguintes funcionárias do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Tarouca, mediante procedimento de reclassificação profissional, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, e em cumprimento do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/99, de 30 de Dezembro:

Carlota de Jesus Pereira Sarmiento, chefe da Repartição Financeira (escalão 2, índice 475) — na categoria de técnica superior de 1.ª classe (escalão 2, índice 475).

Maria Laurinda Gomes de Melo, chefe da Repartição Administrativa (escalão 2, índice 475) — na categoria de técnica superior de 1.ª classe (escalão 2, índice 475).

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Mário Caetano Teixeira Ferreira*.

2611050942

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 18 992/2007

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que esta Câmara Municipal efectuou a renovação do contrato de trabalho a termo resolutivo, celebrado ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, conjugado com o n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, pelo período de um ano, com Diana Patrícia de Oliveira Soares Basto, com a categoria de cozinheira, com vencimento correspondente ao escalão 1, índice 142, da tabela de vencimentos dos funcionários e agentes da administração pública central e local, com efeitos a dia 19 de Setembro do corrente ano.

19 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Defensor Oliveira Moura*.

2611051197

Aviso n.º 18 993/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e por despacho do vereador da área de planeamento e gestão urbanística de 20 de Setembro de 2007, proferido no uso de competência subdelegada pelo presidente da Câmara, vai proceder-se à discussão pública relativa ao loteamento a que se refere o processo n.º 15/06, em que é interessado Jorge Caetano Jaques, durante o período de 15 dias, com início no 1.º dia útil à sua publicação.

O processo de loteamento referido encontra-se disponível para consulta nos dias úteis das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 15 horas e 30 minutos, no edifício dos Paços do Concelho de Viana do Castelo, na Divisão de Licenciamento de Obras Particulares, Secção de Atendimento e Comunicação.

21 de Setembro de 2007. — O Vereador da Área Funcional, *Joaquim Luís Nobre Pereira*.

2611051190

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE

Edital n.º 823/2007

Mário Hermenegildo Moreira de Almeida, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, submete, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, a discussão pública, pelo prazo de 15 dias contados a partir da publicação do presente edital, o pedido de licenciamento de operação de loteamento requerido por MCSEM Imobiliária, L.ª

O referido pedido reporta-se ao prédio sito na Avenida do 1.º de Maio, freguesia de Fajozes, concelho de Vila do Conde, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00148 de 19 de Julho de 1990, e prevê a constituição de seis lotes para a construção de armazém, indústria, comércio e serviços, encontrando-se disponível para consulta na Repartição Técnica da Câmara Municipal durante o horário de expediente.

No decurso deste período de discussão, poderá qualquer interessado, por escrito, formular as reclamações, observações ou sugestões tidas por convenientes.

25 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Mário de Almeida*.
2611051228

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Aviso n.º 18 994/2007

Para os devidos efeitos se torna público que esta Câmara Municipal, na sua reunião de 29 de Agosto de 2007, deliberou, por unanimidade, aplicar, nos termos do artigo 18.º, n.º 1, do Estatuto Disciplinar (Decreto-Lei n.º 24/84), a pena de aposentação compulsiva à funcionária Maria Aurora Lopes Rodrigues, produzindo a vacatura do lugar.

14 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira*.

2611051036

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VIÇOSA

Aviso n.º 18 995/2007

1 — Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, faz-se público que, por despacho de 12 de Setembro de 2007 do presidente da Câmara Municipal, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de assistente administrativo principal, do grupo de pessoal administrativo, do quadro de pessoal desta Câmara Municipal.

2 — Validade do concurso — o concurso é válido apenas para o preenchimento do referido lugar e caduca com o seu provimento.

3 — Remuneração — índice 222 da escala indicária para as carreiras do regime geral da função pública, actualmente € 725,39.

4 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na área do município de Vila Viçosa, sendo as condições as genericamente vigentes para os actuais funcionários desta autarquia.

5 — Conteúdo funcional — o constante no despacho n.º 38/88, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1989.

6 — Requisitos de admissão:

6.1 — Gerais — os constantes no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;